

GAYS, LÉSBICAS E TRANSEXUAIS: DO ANONIMATO AO PRECONCEITO NAS SALAS DE AULA

Pós-graduação em Educação – PPGE/IFC

Mara Rubia Alves da Silva¹

RESUMO

Este trabalho busca discutir a violência contra estudantes LGBT+ e a omissão do tema da diversidade sexual e de gênero no currículo escolar que possibilita o silenciamento e oculta discussões sobre o preconceito relacionado à orientação sexual, bem como o papel das instituições de ensino como fomentadores de discussão e preparação dos educadores e educadoras para o combate ao preconceito e a violência de gênero. O preconceito e a intolerância parte de uma colonização machista, branca, heteronormativa e principalmente judaico-cristã, neste sentido foi abordada a teoria decolonial, que deu embasamento para a discussão da construção do preconceito e da violência de orientação sexual no Brasil.

Palavras-chave: preconceito, diversidade sexual; educadores.

INTRODUÇÃO

O processo de inclusão social de gays, lésbicas e transexuais no Brasil, carece de discussões que visem nortear um combate específico sobre questões relacionadas a diversidade sexual e violência de gênero. Diniz (2011, p. 309) diz que o espaço escolar, além de ser um ambiente de socialização formal, deve promover uma experiência potencial de revisão e crítica de práticas sociais injustas e discriminatórias e, neste contexto, salientamos as questões de gênero e diversidade sexual.

Neste sentido, a discussão deste trabalho tem como pano de fundo a comunidade LGBT+ (lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais, transgêneros, não binários, intersexuais) e todos aqueles que nesta se incluem, identificando os prejuízos em relação ao anonimato, preconceito e a violência constante em que este

¹ Graduada em Ciências Contábeis pela UFES, Pós Graduada em Docência para Educação Profissional pelo SENAC/SP., estudante do PPGE/IFC-Camboriú da linha Processos Educativos e Inclusão, Professora no SENAC/SC entre outros. E-mail: mararubia71@icloud.com

grupo encontra em sala de aula. Neste caso específico foi analisada a dinâmica presente no SENAC (serviço nacional de aprendizagem comercial) pólo Itajaí/SC e nos projetos que a instituição tem para a promoção, discussão e combate ao preconceito sexual e a violência de gênero.

O Brasil tem se mostrado um dos países onde mais se pratica violência contra homossexuais, lésbicas e transexuais, como podemos notar nos dados apresentados pelo GGB - Grupo Gay da Bahia que coleta e divulga tais estatísticas. Em 2017 morreram no Brasil, conforme o relatório, 445 pessoas LGBTQ+ (incluindo-se três brasileiros mortos no exterior) vítimas da homotransfobia: 387 assassinatos e 58 suicídios; um aumento de 30% em relação a 2016, quando registraram-se 343 mortes. A violência contra a comunidade LGBTQ+, tem aumentado exponencialmente nos últimos anos e, apesar do trabalho que está sendo realizado pelos grupos de defesa e o apoio de diversas entidades civis e públicas, o que se pode perceber é a banalização dessa violência, as persistentes violações aos direitos Humanos de Lésbicas, Gays, Transexuais e Travestis visto que os primeiros dados oficiais sobre os Direitos Humanos e a violência contra LGBTQ+ somente foram lançados no Brasil a partir do ano 2012, através do Relatório sobre Violência Homofóbica no Brasil, e ainda hoje não reflete a totalidade da realidade do que esta população vem sofrendo.

Entender a homofobia no contexto histórico cultural e de como esta se enraizou no Brasil nos permite reconhecer o direito a liberdade de expressão de gênero e orientação sexual e abre espaço para que possamos trilhar o caminho para os direitos humanos e inclusão das pessoas LGBTQ+. A homofobia parte do princípio colonizador de transgressão das normas adotadas, segundo Borrillo (2015, p. 13), crime abominável, amor pecaminoso, tendência perversa, prática infame, paixão adjeta, pecado contra a natureza, vício de Sodoma, eram e ainda são formas e derivados que a sociedade encontra para descrever a homossexualidade. Para heterossexualidade temos: pessoa normal.

A discussão foi embasada a partir da teoria decolonial² que vem nos auxiliar a desconstruir esse pensamento colonizador que influenciou e segue presente nos processos normativos de conduta e personalidade a que estamos submetidos. Abordamos também os conceitos de identidade de gênero, sexualidade, preconceito - especificamente homofobia e dentro deste conceito geral a lesbofobia e a transfobia. Falamos de homofobia, segundo Borrilo (2015, p. 23), como a atitude de hostilidade para com os homossexuais, mas também o preconceito ou discriminação (e todas as demais violências decorrentes destas) contra qualquer pessoa, seja em função de sua orientação sexual e/ou sua identidade de gênero. A lesbofobia, a transfobia e a bifobia, e demais fobias relacionadas serão compreendidas pela terminologia homofobia, para melhor fluência do texto.

Neste contexto de colonização, vemos o sexo ou a sexualidade como um fenômeno aquém do entendimento dos colonizadores, no qual as práticas sexuais dos colonizados eram classificadas como animais, selvagens. Assim, fazia-se necessário a moldagem destes povos a uma forma mais “civilizada” que estivesse de acordo com o gendramento que a sociedade civilizada está disposta a oferecer, num trabalho de abrir os olhos do colonizado para o que é verdade, para que pudesse encontrar o entendimento das coisas e dos seres. Segundo Lugones (2014, p. 938) com o apagamento das identidades culturais, comunitárias, ecológicas, saberes do cultivo, de tecelagem, e na mudança e controle das práticas reprodutivas e sexuais.

Com base no supra citado a homossexualidade perde seu lugar no contexto social para se tornar uma atitude desviante, anormal. Segundo Foucault (2013, p. 133) domesticidade é relação constante, global, maciça, não analítica, ilimitada e estabelecia sob a forma da vontade singular do patrão, seu “capricho”. Essa normatividade, imposição dicotômica hetero/homossexual diretamente ligada a normal/anormal, permite uma dominação de corpos e traz:

A categoria “sexo” é, desde o início, normativa: ela é aqui que Foucault chamou de “ideal regulatório”. Nesse sentido, pois, o “sexo”

² “Colonialidade” equivale a uma “matriz ou padrão colonial de poder”, o qual ou a qual é um complexo de relações que se esconde detrás da retórica da modernidade (o relato da salvação, progresso e felicidade) que justifica a violência da colonialidade. E descolonialidade é a resposta necessária tanto às falácias e ficções das promessas de progresso e desenvolvimento que a modernidade contempla, como à violência da colonialidade. As três palavras designam esferas de dicção e de ação e são interdependentes. (MIGNOLO, 2017, P.13)

não apenas funciona como uma norma, mas é parte de uma prática regulatória que produz os corpos que governa, isto é, toda força regulatória manifesta-se como uma espécie de poder produtivo, o poder de produzir – demarcar, fazer, circular, diferenciar – os corpos que ela controla.

Foi necessário destacar também a lesbofobia, termo reivindicado por uma questão de visibilidade, vindo ao encontro da luta feminista contra a invisibilidade feminina. Ao se adotar um termo representativo sobre a questão da liberdade de orientação sexual, mas não exclusivamente isto, reforça-se a luta contra o apagamento de sua identidade que vem sendo moldado desde o período colonial, no qual a mulher, sob o jugo dos pais e maridos, era mantida na ignorância e cuja única função social seria a maternidade.

Quando as mulheres brancas chegaram durante a era Colonial, elas mantiveram o arquétipo do modelo de Maria — elas eram assexuadas; suas vidas restritas aos limites da casa ou da Igreja. As mulheres eram estereotipadas como fracas, submissas, passivas e sem poder na área pública (DE SOUZA, BALDWIN e ROSA, 2000, p.486).

Não menos importante falarmos da transfobia, para tanto, primeiramente devemos entender o que significa transexual e travesti e ainda o que é identidade de gênero, sexualidade e sexo biológico. Quando este estereótipo idealizado se vê em conflito a identidade de gênero surge o que Borrilo (2015, pág. 88) denomina de homofobia social, que pretende perpetuar a diferença entre homo/hetero.

A lógica binária que serve de estrutura para a construção da identidade sexual funciona por antagonismo: assim, o homem é o oposto da mulher, enquanto o heterossexual opõe-se ao homossexual. Em uma sociedade androcêntrica como a nossa, os valores apreciados de forma especial são os masculinos; neste caso, sua "traição" só pode desencadear as mais severas condenações. Portanto, o cúmulo da falta de virilidade consiste em assemelhar-se à feminilidade, "disfarçar-se de drag-queen", "assumir traços femininos", "maquiar-se para frequentar casas noturnas" ou "falar com uma vozinha aguda e efeminada"

Para discutirmos o assunto temos como pergunta chave: A instituição de ensino Senac busca incluir e conscientizar seus professores e alunos sobre a importância da discussão de temas como o combate ao preconceito homofóbico e questões de gênero? Neste sentido foi realizada uma análise qualitativa documental do Plano Pedagógico de Curso do SENAC/SC e também do Projeto Senac de Educação Inclusiva (PSEI) apoiada na revisão bibliográfica identificando quais instrumentos fazem parte do projeto de inclusão de gênero e combate a homofobia e se o plano pedagógico e o PSEI estão sendo colocados em prática no SENAC com ênfase na

unidade educacional de Itajaí/SC, que atualmente tem foco no ensino profissionalizante.

A fim de responder a esta pergunta foram analisados os documentos institucionais do SENAC, entre os quais está o Plano Pedagógico de Curso (PCC) e o Projeto Senac de Educação Inclusiva (PSEI), identificando as ações tomadas pela instituição de ensino para facilitar a inclusão de gays, lésbicas e transexuais, dialogando sobre o preconceito fora e dentro do ambiente educacional, naquele momento o que se pode verificar em relação aos documentos institucionais do SENAC e o que ocorre dentro da instituição são formas distintas de se abordar o combate ao preconceito e a violência de gênero e homofobia, para tanto as medidas tomadas são o uso do nome social que, mais do que uma promoção de combate a violência, é o cumprimento de uma resolução do MEC (Resolução Nº 1, 19 jan 2018).

“O lema fundamental da educação é a inclusão. Não é incluir despidendo as diferenças. Pelo contrário. É incluir aceitando e respeitando as diferenças. Para respeitar e tratar bem as pessoas trans é necessário, primeiro, o respeito à sua identificação, que é o nome. O nome pelo qual eu me identifico é o nome pelo qual eu existo”, completa a professora. (MEC, 2018)

Outro forma é a disponibilização na intranet dos textos, neste aspecto, a crítica se faz no sentido de que a simples publicação de textos informativos do MEC, SUS, entre outras não concretiza a premissa de preparar os educadores para o combate a homofobia, esta preparação se faz com debates, discussões e a conscientização de todos os envolvidos na educação sobre a aceitação e respeito as diferenças

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Quando pensamos no ambiente escolar, a homofobia se demonstra através de agressões verbais, físicas ou ambas a que estão sujeitos estudantes que resistem a se adequar a heteronormatividade, como se esta fosse uma regra imutável, transformado os homossexuais e transexuais em desviantes. Para os estudantes gays, lésbicas, travestis e transexuais que tentam esconder sua orientação sexual ou de gênero a situação não é mais fácil já que o silenciamento e o ocultamento de sua sexualidade e expressão de gênero também é uma forma de violência. O Senac como instituição de ensino de caráter profissional deve buscar

através de movimentos sociais, práticas pedagógicas e educativas tendo como base as políticas públicas nacionais, a produção de conhecimento e preparação para o mercado de trabalho, mas também a implantação de projetos de educação sexual e sexualidade que visem a proteção a saúde e o respeito à diversidade sexual, buscar extinguir atitudes homofóbicas e heterossexistas na escola. O silenciamento dos professores e da escola em relação as violências se traduzem em omissão e cumplicidade na discriminação.

Ao não falar a respeito deles e delas, talvez se pretenda “eliminá-los/as”, ou, pelo menos, se pretenda evitar que os alunos e as alunas ‘normais’ os/as conheçam e possam desejá-los/as. Aqui, o silenciamento – a ausência da fala – aparece como uma espécie de garantia da ‘norma’. (LOURO, 2003, p. 67-68).

Fica claro que o percurso para se formar uma sociedade que permita a liberdade do ser ainda é longo e que essa mudança esta condicionada a um posicionamento das instituições de ensino no sentido de possibilitarem a discussão ampla e aberta do tema. E, para tanto, são necessárias ações conjuntas dos movimentos sociais, da população e da academia a fim de consolidar estratégias para o combate à discriminação, à violência e à evasão escolar.

REFERÊNCIAS

BORRILLO, D. **Homofobia: história e crítica de um preconceito**. Tradução de Guilherme João de Freitas Teixeira]. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 1 ed. 2015.

DESOUZA, E.; BALDWIN, J. R.; ROSA, F. H. **A construção social dos papéis sexuais femininos**. Psicologia: Reflexão e Crítica. Vol.13, n.3, pp.485-496, 2000.

FOUCAULT, M. **Vigiar e Punir: nascimento da prisão**. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 3ª.ed, 2013.

LOURO, G. L.; FELIPE, J.; GOELLNER, S. V. **Corpo, gênero e sexualidade: um debate contemporâneo na educação**. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2003.

LUGONES, M. **Rumo a um feminismo decolonial**. Revista de Estudos Feministas. Florianópolis, 22(3): 320, 2014.

MIGNOLO, Walter. Desafios decoloniais hoje. **Revista Epistemologias do Sul**, v. 1, n. 1, p. 12-32, 2017.

Relatório 2016 – Assassinatos de LGBT+ no Brasil – GGB – Grupo Gay da Bahia. Disponível em <<https://homofobiamata.wordpress.com/estatisticas/relatorios/>>. Acesso em: 27 de set de 2017.

Respeito as diferenças. Disponível em < <http://portal.mec.gov.br/ultimas-noticias/211-218175739/59221-resolucao-que-autoriza-uso-de-nome-social-de-travestis-e-transexuais-e-homologada-pelo-mec>> Acesso em 18 jul 18